

63.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 1.ª LEGISLATURA, EM 15 DE JANEIRO DE 1963

PRESIDÊNCIA dos Srs. Costabile Romano e Abreu Sodré
SECRETÁRIOS, Srs.: Lopes Ferraz e Nunes Ferreira

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 15.20 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Alberto da Silva Azevedo — Altinir Ribeiro de Lima — Nunes Ferreira — André Nunes Júnior — Farabulini Júnior — Antônio Mastrocola — Paulo Godinho — Antônio Sampaio — Araripe Serpa — Archimedes Lammoglia — Athiê Jorge Couty — Augusto do Amaral — Carlos Rherlakian — Cid Franco — Costabile Romano — Dante Perri — Leonardo Ceravolo — Lot Nito — Osvaldo Santos Pereira — Fernando Mauro — Francisco Franco — Luciano Lepera — Germinial Feijó — Gustavo Martini — Henrique Peres — Hilário Torloni — Jacob Pedro Cavale — Jacob Zveibul — Jairo Azevedo — Bayo Caldeira — Mendonça Falcão — Chaves de Amarante — José Felício Castillano — Santilli Sobrinho — Juvencio Rodrigues de Moraes — Lavinio Lucchesi — Leônidas Camarinha — Leônidas Ferreira — Luciano Nogueira Filho — Mario Telles — Nogueira Guglielmi — Murillo Sousa Reis — Nagib Chaib — Onofre Gusuen — Benedito Matarazzo — Pedro Paschoal — Cardoso Alves — Abreu Sodré — Solon Borges dos Reis — Vicente Botta — Lopes Ferraz e Wilson Lapa, e ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Marco Antônio — Lincoln Feliciano — Angelo Zanini — Anibal Hamam — Antônio Moreira — Anacleto Barbosa — Realindo Correa — Bento Dias Gonzaga — Camillo Ashcar — Arruda Castanho — Ciro Albuquerque — Eduardo Bainabé — Sciamanê Sobrinho — Cel. Geraldo Martins — Geraldo de Barros — Ioshifumi Uiyama — Israel Naves — Jethero de Faria Cardoso — João Hornos Filho — João Sassi mu Hirata — Castelo Branco — José Costa — Magalhães Prado — José Maria Costa Neves — Rocha Mendes Filho — Leônicio Ferraz Júnior — Luiz Roberto Vidigal — Marcondes Filho — Conceição da Costa Neves — Maurício Leite de Moraes — Jorge Nicolau — Avalone Júnior — Norberto Mayer Filho — Orlando Zancaner — Almeida Barbosa — Ruy Junqueira — Semi Jorge Resegue e Walter Menk.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado Antônio Mastrocola.

O SR. ANTONIO MASTROCOLA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, publico o jornal "A Folha de São Paulo", de sábado passado, um noticiário sobre a Assembleia, relativo à alegada criação de cargos, notícia ventilada por jornalistas credenciados nesta Casa. Um dos títulos, que tem o subtítulo "Reunião e incidente", declara taxativamente o seguinte:

(Lê): "Na tarde de ontem, os líderes de bancadas e vários outros parlamentares reuniram-se com o presidente Abreu Sodré, para debater problema. Essa reunião foi cerceada do maior sigilo."

Transpirou, contudo, que o deputado Abreu Sodré se opôs intransigentemente aos pedidos de alguns, no sentido de, como presidente e membro da mesa, dar parecer favorável à emenda "natalina".

Houve também um incidente, sem maiores consequências, entre os deputados Antônio Mastrocola (UDN), não reeleito, e o Sr. Bento Dias Gonzaga (PTN), que não disputou a sua reeleição, pois é candidato à prefeitura de Piracicaba.

Sr. Presidente e Srs. deputados, invoco o testemunho de todos os líderes, deputados e também Presidente da Assembleia, que tomaram parte nessa reunião. Não estive na reunião, não tive qualquer incidente com o nobre deputado Bento Dias Gonzaga. Portanto, todas as afirmações que se fizerem a respeito de incidente entre o nobre deputado Bento Dias Gonzaga e o que ocupa a tribuna neste momento são mentirosas. Na realidade, houve esse comentário à Assembleia e eu o testemunhei em companhia de vários jornalistas. E eu não sei como pôde ter o deputado Antônio Mastrocola discutido com o deputado Bento Dias Gonzaga numa reunião em que um dos dois não esteve presente. Por isso, tendo certeza de que essas malevolas informações foram publicadas não por má-fé dos jornalistas, mas por informações falsas de informantes não categorizados, peço a este jornal, bem como a todo e qualquer órgão publicitário desta Capital que tenha publicado notícia semelhante, que faça inserir, na mesma seção referente à Assembleia, uma forma de desmentido do caso. Mesmo porque, Sr. Presidente, durante 8 anos tenho privado da mais íntima amizade do nobre deputado Bento Dias Gonzaga e não quero sair desta Assembleia com a impressão de que ele ou outro qualquer deputado tenha pretendido desmoralizar-me, baseando-se em afirmações de atos que não foram por mim praticados.

Acredito na boa fé dos jornais de São Paulo e justamente por isso peço que eles ponham a verdade no seu devido lugar, e de uma vez por todas impeçam exploração contra deputados com assento no Palácio "Nove de Julho".

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Murillo Sousa Reis.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Sr. Presidente, Srs. deputados, recebemos um livro intitulado "África contemporânea", de autoria de Castro Carvalho. O livro trata da geografia, povos e raças, economia, cultura, história, turismo e pan-africanismo.

É um livro magnífico que não podemos deixar de recomendar aos Srs. deputados. O livro fala sobre todas as repúblicas africanas. O autor deste livro é o mesmo de vários outros, já publicados em São Paulo, como: "Moléculas Infeciosas", "Revolução de 1924", "O Estado Sanitário do Rio Grande do Sul", "Guia Prático de Medicina", "Exumação", "Memórias de um Deputado", "Progressismo em marcha", "Tortura do Sexo", "Roteiro turístico", "Torture de L'Amour", "Around the World", e "Histórias que não são Histórias".

O presente trabalho se apresenta num estilo agradável e rico em estatística e informações. Temos a impressão de que "África Contemporânea" alcançará êxito, pois, este magnífico trabalho nos leva a conhecer melhor o continente negro, bem como as suas riquezas minerais. A África é um continente que cresce e progride dia a dia e já sentimos o seu poderio com relação à produção de minerais, bem como a produção de café, açúcar, algodão e muitos outros produtos que em tempos idos eram adquiridos no Brasil. A África de hoje é um grande concorrente dos produtos brasileiros.

O autor está de parabéns, pois conseguiu reunir em um trabalho informações preciosas com relação à vida política e econômico-administrativa de todas as repúblicas africanas.

Não encontramos um pouco de história. Fala-nos sobre suas religiões, línguas, povos, populações, superfícies, limites, governos, minérios, pecuária, agricultura, ensino, saúde, turismo etc., etc., de cada uma República.

Chamou-nos e especial atenção a importância desse trabalho para o turismo africano. Sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. deputados, quando se anunciava o lançamento desse livro, já antevíamos o sucesso, pois Castro Carvalho é um consagrado e brilhante escritor, que nos tem brindado com a sua inteligência e cultura, através dos seus magníficos livros já por nós enumerados. Desta tribuna, congratulamo-nos com o ilustre autor de "África Contemporânea" pela oportunidade que nos oferece de conhecermos um pouco mais do chamado Continente Negro e chamamos a atenção dos meus pares para a sua leitura, que é realmente interessante e proveitosa.

Era o que tínhamos a dizer, Srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. deputados, estou encaminhando ao jornal "As Fôlhas" um telegrama que já conta com maioria absoluta de deputados desta Casa.

Assim está redigido: (Lê) "Deputados com assento à Assembleia Legislativa aplaudem ideia jornal 'As Fôlhas' na oportunidade da instalação do congresso para a fixação dos conceitos fundamentais referentes às reformas de base na hora exata em que o país se agita no sentido de encontrar o melhor caminho para a grande luta reformista".

A justificativa é a seguinte: Em todas as áreas da atividade deste país cogitam-se das reformas fundamentais no campo social, no econômico, no político, no jurídico, sem que entretanto se conheçam efetivamente as tendências dos que apregoam as reformas a que já nos referimos, inclusive desta tribuna, e a que se referiram quase todos os políticos desta Nação, nos parlamentos eleitorais, para conquistar postos eletivos, para conquistar postos diretivos da nação. A verdade,

de, Sr. Presidente, Srs. deputados, é que um congresso desta natureza, que vai realmente convocar iniciativas, fica não só no plano social mas também no plano econômico e também, tenho certeza, será acompanhado este congresso pelos líderes autênticos, de base popular. Assim se poderá, não há dúvida, estabelecer as diretrizes realmente autênticas, em função de cujos resultados se poderão estabelecer amanhã, as medidas e os critérios nos parlamentos estaduais e federais, a fim de que se atenda, realmente, a esta população brasileira, que clama por justiça, pelas reformas de base autênticas, para que o homem economicamente fraco, que depende do salário, para que o ser humano possa viver melhor, num clima democrático, dentro dos postulados da democracia, num país em que o prepotente seja menos prepotente e em que o fraco seja menos fraco, em que haja uma criteriosa distribuição de riquezas, em moldes em que o homem dependente do salário seja atendido de uma vez. O jornal, em boa hora, estabeleceu as medidas-base para o grande congresso. Nós, os deputados da Assembleia, signatários do telegrama, só poderíamos tecer encontros pela grande iniciativa, que vai, não há dúvida, esclarecer pontos fundamentais para a luta brasileira.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o Tribunal Regional Eleitoral acaba de impugnar a candidatura do Sr. Heróides de Araújo, vereador municipal, e que acaba de ser eleito deputado estadual no último pleito. Trata-se de mais uma atitude do T.R.E., que vem tendo péssima repercussão no seio da opinião pública, uma vez que atendendo a este ou aquele pretexto, a verdade é que o Tribunal Regional Eleitoral está contrariando sentimentos e direitos do povo brasileiro.

Heróides de Araújo é vereador municipal em exercício. Era sargento da Força Pública e foi eleito vereador municipal. O mesmo T.R.E., na ocasião, deu posse ao Sr. Heróides de Araújo. Lembramo-nos todos que naquela ocasião houve uma tentativa de impugnação da referida candidatura. No entanto, o T.R.E. julgou que o Sr. Heróides de Araújo, embora fosse sargento da Força Pública, poderia ser diplomado e empossado como vereador. Quatro anos depois, e ainda no exercício da vereança, o mesmo cidadão é eleito deputado estadual, mas já o mesmo Tribunal acha que ele não pode ser empossado, não pode ocupar uma cadeira no Palácio "Nove de Julho", que lhe foi conferida pelo povo, só porque é sargento da Força Pública, ou só porque agora é sub-oficial da mesma Força Pública.

Ora, nos estamos entendendo que o referido Tribunal Regional Eleitoral continua a ser um tribunal de exceção, conforme assertiva que fizemos há dias desta tribuna. Tribunal de exceção só era admitido nos tempos da ditadura, quando o famigerado Tribunal da Segurança Nacional, que funcionava sob ordens da polícia de Filinto Muller, mandava e desmandava no Brasil.

Parece, pois, Sr. Presidente, que ao invés de progredirmos, que ao invés de avançarmos, estamos regressando para os idos de 35 e de 37, aos tempos ignominiosos da ditadura estado-novista, quando certos juizes ou desembargadores achincalhavam a toga que vestiam, achincalhavam o Poder Judiciário e obedeciam ordens da polícia especial, da polícia política ou de qualquer carasco do tipo Filinto Muller.

Leio nos jornais, ainda hoje, que os soldados, cabos e sargentos, e inclusive oficiais democratas da Força Pública amanhã promoverão ato público de protesto contra mais essa atitude atribulatória do T.R.E. Lá comparecerel, a fim de dar o meu apoio de democrata consequente — vale dizer, de democrata que não o é de fancaria — a essa luta justa, porque não é uma luta apenas em defesa de um mandato, mas é uma luta em defesa da legalidade democrática, que não pode ser achincalhada por meia-dúzia de indivíduos, mesmo que sejam togados.

O Sr. Rafael Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, quando no caso da apreciação da impugnação das nossas candidaturas, elementos do P.T.B. e do P.S.B., achincalhou um princípio jurídico secular, aquele que diz: "in dubio pro reo" no caso do vereador e deputado federal Rio Branco Paranhos, porque no julgamento do caso relativo a Rio Branco Paranhos houve dúvida. Tanto houve dúvida que houve empate de três a três. No momento de decidir, no momento de dar o voto de Minerva, o Sr. Rafael Monteiro de Barros, Presidente do T.R.E., ao invés de decidir em favor do réu, como determina princípio jurídico secular, decidiu contra o réu, mediando que teve péssima repercussão, inclusive no setor jurídico. Tanto isso é verdade, Sr. Presidente, que foi necessária uma homenagem ao Sr. Rafael Monteiro de Barros, dessas homenagens feitas apressadamente, dessas homenagens que todos conhecemos porque vêm à tona. A verdade, porém, é que com homenagem ou sem homenagem, o Sr. Rafael Monteiro de Barros espezinhou um princípio jurídico secular. E em Brasília, a seguir, o Sr. Ari Franco, Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, também haveria de tomar a mesma atitude, pois, apreciando idêntico caso, e tendo havido empate de três a três, o Sr. Ari Franco, igualmente desprezando o referido princípio jurídico secular, desempatou contra o réu, quando o mencionado princípio jurídico afirma que, em caso de dúvida, a decisão do magistrado deve ser favorável ao réu.

Vemos, pois, que deve haver uma luta não só por parte dos que foram ludibriados, mas por todos que não são democratas de fancaria. Que saibam que há os eternos interessados num golpe para que não haja o aprimoramento da democracia no Brasil, porque o aprimoramento da democracia significa, sem sombra de dúvida, atendimento aos interesses de classes, atendimento a privilégios de classes. Por isso, os interessados não querem esse aprimoramento e estão tentando fazer com que o Brasil ao invés de ir para adiante no sentido democrático, retorne ao tempo da ditadura.

O nosso alerta, portanto, é em favor da democracia que esses desembargadores não defendem. O que estão fazendo é perpetrar um atentado à democracia que dizem defender.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa aos Srs. deputados que, por falta de energia elétrica, está suspensa a sessão por tempo indeterminado.

— Dois minutos depois é reaberta a sessão, sob a Presidência do Sr. Costabile Romano.

O SR. PRESIDENTE — Reaberta a sessão, tem a palavra o nobre deputado Fernando Mauro.

O SR. FERNANDO MAURO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputa bs, os jornais vem anunciando, desde antontem, possível alta dos combustíveis, hoje confirmada pelos jornais da Capital pelo rádio e televisão.

(Lê) — "O Sr. Hermes Lima, presidente do Conselho de Ministros, anunciou, hoje em entrevista à imprensa, a extinção dos subsídios sobre os derivados do petróleo, o que ocasionará um aumento da ordem de 60 a 70 por cento no preço da gasolina, ou uma alta estimada em cinco por cento no custo de vida, em todo o país".

Sr. Presidente, lastimo que o Primeiro Ministro Hermes Lima tenha tomado tal medida embora programada no Plano Trienal do ministro sem pasta, Sr. Celso Furtado.

Até o dia de hoje, até a presente data, o atual governo só tem programado a alta do custo de vida, tem exigido do povo brasileiro o maior dos sacrifícios. E este, feito agora, exigindo aumento da taxa de combustível na ordem de 60 a 70%, podem crer, Sr. Presidente e Srs. deputados, vai trazer uma onda de grande revolta, porque a alta do custo de vida não será aquela estimada, declarada pelo Primeiro Ministro Hermes Lima. Greves sucessivas já ameaçam o País; acredito mesmo numa paralisação quase total em todos os setores, pois não é possível que o povo brasileiro volte, em pouco tempo, a ser novamente sacrificado.

Aguardava o Sr. João Goulart, através da sua demagogia de aumento do salário mínimo, através da sua demagogia do 13.º salário, apenas a passagem da data do plebiscito, enganando o seu povo, enganando o seu operariado, enganando, enfim, todos aqueles que ainda tinham boa-fé e esperança no seu governo, para agora programar este aumento absurdo, extensivo, dos combustíveis. Isto virá trazer, como consequência, mais um aumento na vida do povo brasileiro.

Creio, Sr. Presidente e Srs. deputados, que esse aumento será também de 60 ou 70 por cento na vida particular do brasileiro e não de 5 por cento como disse o Sr. Ministro Hermes Lima. Hermes Lima é um dos homens mais incompetentes, é um dos homens que menos qualidades pessoais, morais, políticas e mesmo de habilidade tem para ocupar o posto de primeiro ministro. Para lá foi apenas para trazer clima de intranquilidade, de greves, de agitação em nosso povo. Trago aqui o meu protesto junto ao Primeiro-ministro Hermes Lima, junto ao Presidente da República, junto ao ministro de